



REGISTRO DE REUNIÃO

GRUPO DE ACOMPANHAMENTO DA IMPLANTAÇÃO DAS SOLUÇÕES PARA OS PROBLEMAS DE INTERFERÊNCIA NA FAIXA DE 3.625 A 3.700 MHZ - GAISPI

ATA DA 50ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO GAISPI

Data	Horário de Início	Horário de Término	Local
12 de junho de 2026	09:56	12:01	Plataforma Teams

1. PARTICIPANTES
- 1.1. Membros do GAISPI:

FUNÇÃO	MEMBRO	NOME	Presente na reunião?
Presidente do GAISPI	-	Edson Victor Eugênio de Holana	SIM
Secretário Executivo do GAISPI	-	Vinícius Oliveira Caram Guimarães	SIM
Representante do Ministério das Comunicações	Titular	Hermano Barros Tercius	NÃO
	Suplente	Wilson Diniz Wellisch	SIM
Representantes das Proponentes Vencedoras dos Lotes do Tipo B	Titular	Antônio Oscar de Carvalho Petersen	NÃO
	Suplente	Monique Pereira Ibitinga de Barros	SIM
	Titular	Ricardo Guilherme Hobbs	NÃO
	Suplente	Anderson Emanuel de Azevedo Gonçalves	SIM
	Titular	Mario Girasole	NÃO
	Suplente	Marcelo Concolato Mejias	SIM
Representantes dos Radiodifusores	Titular	Cristiano Reis Lobato Flores	NÃO
	Suplente	Rodolfo Fernandes de Souza Salema	NÃO
	Titular	Samir Amando Granja Nobre Maia	NÃO
	Suplente	Wender Almeida de Souza	NÃO
	Titular	Luiz Carlos Abrahão	SIM
Representantes das Exploradoras de Satélites	Suplente	Carlos Eduardo Neiva Melo	NÃO
	Titular	Lincoln Amazonas Antunes de Oliveira	SIM
	Suplente	Michelle Machado Caldeira	NÃO
	Titular	Fabio Franco Costa de Alencar	SIM
	Suplente	Luis Fernando Barros Costa Fernandes	NÃO
	Titular	Guilherme Braz da Silva Saraiva	NÃO
Representantes das Proponentes Vencedoras dos Lotes C1 a C8 e D1 a D32	Suplente	Flávia Labouriau	SIM
	Titular	José Roberto Nogueira	NÃO
	Suplente	Katia Costa da Silva Pedroso	NÃO
	Titular	Hugo Vidica Mortoza	SIM
	Suplente	Wagner Zanini Barreira	SIM
	Titular	Vítor Elísio Góes de Oliveira Menezes	SIM

FUNÇÃO	MEMBRO	NOME	Presente na reunião?
	Suplente	Mariana Rezende	NÃO

1.2. Outros Participantes:

Nome	Órgão/Instituição/Empresa
Chirlene Silva Sampaio	Anatel (Colaborador)
Ana Paula Vieira dos Santos Soares	Anatel
Karine Medeiros Dias	Anatel
Paula Fontelles do Valle	Anatel
Edgar Barbosa de Souza	Anatel
Takeshi Ikeda	Anatel
Evandro Leo Koberstein	Anatel
leonardo Custódio de Araujo	Anatel
Macos Baeta	Anatel
Renato Sales	Anatel
Yroa Robledo Ferreira	Anatel
Sidney Azeredo Nince	Anatel
Tiago Dias Sobrinho	Anatel
Eduardo Takafashi de Alcantara	MCom
Melissa Carvalho Coelho	Claro
Jose Clibas Macedo Souza da Silva	EAF
Geraldo Jair Vieira Segatto	EAF
Sala 5G	EAF
Rorício Vasconcelos	EAF
Tiago Nunes	Globo
Sebastião Sergio de Oliveira Junior	TIM

2. PAUTA

Item	Descrição
1	ITEM 1 DA PAUTA: APROVAÇÃO DA ATA DA 49ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO GAISPI, REALIZADA NO DIA 11 DE MAIO DE 2026.
2	ITEM 2 DA PAUTA: INFORME DA ENTIDADE ADMINISTRADORA DA FAIXA DE 3,5 GHz (EAF).
3	ITEM 3 DA PAUTA: INFORME DO GRUPO TÉCNICO DE REDE PRIVATIVA DE COMUNICAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL – GT-REDE.
4	ITEM 4 DA PAUTA: DELIBERAÇÃO PARA SUSPENSÃO DA FASE 2 DA REDE PRIVATIVA – REDE MÓVEL.
5	ITEM 5 DA PAUTA: DELIBERAÇÃO SOBRE A MODERNIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO DO <i>BACKBONE</i> TELEBRAS PARA ATENDIMENTO À REDE PRIVATIVA.
6	ITEM 6 DA PAUTA: INFORME DO GRUPO TÉCNICO DE MIGRAÇÃO E MITIGAÇÃO – GT-MIGRAÇÃO.
7	ITEM 7 DA PAUTA: INFORME DO GRUPO TÉCNICO DO PROGRAMA AMAZÔNIA INTEGRADA E SUSTENTÁVEL – GT-PAIS.
8	ITEM 8 DA PAUTA: DELIBERAÇÃO SOBRE O INÍCIO DO LANÇAMENTO DA INFOVIA 05

Item	Descrição
9	ITEM 9 DA PAUTA: INFORME DO GRUPO TÉCNICO DE COMUNICAÇÃO (GT-COM).
	ITEM 10 DA PAUTA: DELIBERAÇÃO SOBRE PROGRAMA MIL TALENTOS.
	ITEM 11 DA PAUTA: OUTROS ASSUNTOS.
	ITEM 12 DA PAUTA: DATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE JULHO DE 2026.

3. RELATO DA REUNIÃO

Saudação	Inicialmente, o Presidente do GAISPI, Conselheiro Edson Victor Eugênio de Holanda, cumprimentou os membros, declarando aberta a 50ª Reunião Ordinária do GAISPI e, ato contínuo, passou a condução dos itens que compõem a Pauta da Reunião ao Secretário Executivo do GAISPI, Sr. Vinícius Oliveira Caram Guimarães. Em seguida, foi registrada a inclusão de item de pauta referente à deliberação sobre o início do lançamento da Infovia 05, bem como a inversão da ordem dos itens deliberativos, que passariam a ser apreciados na sequência dos informes da EAF, em razão da necessidade de contextualização técnica prévia dos assuntos. Feito esse registro, o Secretário Executivo do GAISPI passou para o item 1 da Pauta.
1	O Secretário Executivo do GAISPI informou que não foram recebidas solicitações ou manifestações sobre a minuta de Ata circulada, questionando os membros do GAISPI se estariam de acordo com versão encaminhada do documento. Diante do consenso, o Secretário Executivo do GAISPI declarou que fica aprovada a Ata da 49ª Reunião Ordinária do GAISPI, realizada no dia 11 de maio de 2026. Concluída a deliberação, o Secretário Executivo do GAISPI passou para o item 2 da Pauta.
2	O Secretário Executivo do GAISPI concedeu a palavra à Sra. Gina Marques Duarte, para que fizesse um relato dos informes da EAF. Inicialmente, a EAF compartilhou com os membros uma apresentação detalhada do informe sobre as atividades em andamento, anexa à presente Ata. Ato contínuo, a Sra. Gina Marques Duarte iniciou a apresentação dos informes da entidade, contextualizando as principais atividades desenvolvidas no período e coordenando a exposição dos temas técnicos. Na sequência, concedeu a palavra ao Diretor da EAF, Sr. Geraldo Segatto, responsável pela apresentação dos resultados e indicadores relacionados ao Programa Brasil Antenado, ao Programa Amazônia Integrada e Sustentável – PAIS, à Rede Privativa e ao estudo de modernização do <i>backbone</i> da Telebras. Brasil Antenado Foi informado que, até 29 de maio de 2026, haviam sido realizadas aproximadamente 244 mil instalações de kits receptores no âmbito do Programa Brasil Antenado. Esclareceu-se que, naquele momento, apenas a Etapa C permanecia em execução, encontrando-se na fase final de agendamentos, com encerramento previsto para o dia 13 de junho de 2026. Destacou-se que a Etapa C registrou o maior índice de adesão dentre todas as etapas do programa, alcançando média de penetração de 40,1%, superando as estimativas iniciais, com destaque para os estados da Bahia e de Minas Gerais. Informou-se, ainda, que, com a conclusão dos agendamentos da Etapa C, a EAF aguardaria definições sobre as próximas etapas do projeto. Durante os debates, o Sr. Yroá Robledo Ferreira questionou o quantitativo remanescente de equipamentos da Etapa C e os estoques disponíveis. O Presidente do GAISPI esclareceu que já detém essa informação e registrou que esse tema se encontra em discussão no momento. PAIS Ato contínuo, o Sr. Geraldo Segatto apresentou uma atualização acerca da implantação das infovias e das atividades de revitalização do Programa Amazônia Conectada (PAC), com os seguintes destaques acerca do cenário atual: 1) A Infovia 03 já havia sido formalmente transferida ao consórcio operador neutro, enquanto a Infovia 04 encontrava-se em fase de vistorias e tratativas para transferência de contratos e ativos.

	2) A Infovia 02 já havia concluído o processo de vistoria, encontrando-se o respectivo termo de aceitação em elaboração. 3) As atividades de revitalização dos trechos terrestres do PAC 1 e 2 permaneciam em execução quanto aos trechos terrestres, estando os trechos fluviais concluídos. 4) A Infovia do Rio Iça/Putumayo ainda aguarda a própria Colômbia que estaria iniciando o processo de licitação do trecho colombiano para que, em seguida, possam seguir com os 300km relacionado ao trecho brasileiro. 5) O Ibama emitiu, em 2 de junho de 2026, a Licença Prévia e a Licença de Instalação necessárias à execução da Infovia 05. 6) A Marinha do Brasil se manifestou favoravelmente ao lançamento do trecho Altazes–Manicoré, recomendando que o trecho Manicoré–Porto Velho fosse executado apenas no final do ano, em razão das atividades de dragagem conduzidas no Rio Madeira. 7) Necessidade de definição sobre o início do lançamento do primeiro trecho Altazes–Manicoré da Infovia 05, que conta com a liberação da Marinha e com licença, ressaltando que existe a previsão, nesse trecho, de enterramento do cabo, a fim de mitigar possíveis futuros rompimentos, porém a máquina para enterramento estaria disponível apenas em setembro e outubro. 8) Dos oito CMADs, seis já estariam instalados e o sétimo em instalação, sendo que o oitavo estaria apenas aguardando a liberação da própria Marinha do Brasil, com previsão de autorização na próxima semana. 9) Os estudos detalhados relativos às Infovias 06 e 08 já foram concluídos e a EAF deverá receber, na semana seguinte, as versões finais dos respectivos relatórios técnicos. Esclareceu que uma versão preliminar dos documentos já havia sido encaminhada pela empresa responsável, ocasião em que foram solicitados ajustes e revisões. Destacou que os relatórios finais trarão informações complementares destinadas ao aprimoramento dos estudos, especialmente em relação aos trechos atualmente considerados inviáveis em razão da existência de segmentos superiores a 500 quilômetros sem pontos intermediários de apoio. Informou que os estudos estão avaliando a existência de localidades ao longo desses percursos que possam viabilizar a instalação de estruturas de repetição ou soluções técnicas equivalentes, com vistas a tornar exequível a implantação da infraestrutura, registrando que a conclusão da análise dependerá do recebimento e avaliação das versões finais dos relatórios O Presidente do GAISPI destacou a relevância estratégica da Infovia 05 para a ampliação da conectividade na Região Amazônica e ressaltou a importância de compatibilizar o cronograma de implantação com as restrições operacionais identificadas. Lembrou que esse tema seria objeto de deliberação nesta Reunião Ordinária. O Coordenador do GT-PAIS, Sr. Sidney Azeredo Nince, esclareceu que, caso o lançamento do trecho Altazes–Manicoré da Infovia 05 seja realizado na janela operacional compreendida entre os meses de junho e julho de 2026, não será possível executar o enterramento do cabo óptico subaquático previsto para aproximadamente 94 quilômetros dos 406 quilômetros que compõem esse segmento. Explicou que a previsão de enterramento desse trecho decorre de aspectos relacionados à segurança operacional e às características específicas da região do Rio Madeira. Informou, ainda, que o trecho subsequente, entre Manicoré e Porto Velho, com extensão aproximada de 620 quilômetros, deverá ser lançado na próxima janela operacional, prevista para os meses de dezembro de 2026 e janeiro de 2027, ocasião em que o enterramento do cabo será realizado conforme originalmente planejado. Por fim, registrou que essa é a situação atual referente ao processo de licenciamento e à possibilidade de lançamento antecipado do trecho Altazes–Manicoré sem a execução do enterramento inicialmente previsto. O Sr. Geraldo Segatto esclareceu, ainda, que a empresa responsável pelo lançamento se comprometeu a executar medidas mitigadoras, incluindo inspeções periódicas e enterramento manual nos trechos considerados críticos. Concluída a apresentação da EAF quanto ao PAIS, o Presidente do GAISPI determinou que fosse conduzida a deliberação do item 8 da Pauta pelo Secretário Executivo do GAISPI. Rede Privativa Em seguida, o Sr. Geraldo Segatto apresentou uma atualização acerca da implantação da Rede Privativa, com os seguintes destaques: 1) As obras da rede metropolitana encontravam-se em estágio avançado, com 22 (vinte e duas) capitais já concluídas quanto à infraestrutura de acesso. 2) Relatou que Brasília e Rio de Janeiro ainda demandavam soluções pontuais relacionadas à viabilidade de determinados trechos, enquanto Manaus e Cuiabá permaneciam em tratativas com concessionárias para autorização de uso de postes. 3) Apresentou o cronograma de ativação dos primeiros Pontos de Atendimento da Administração Pública Federal – APFs, com previsão de entregas em Macapá, Rio Branco, Vitória, Goiânia e Aracaju. 4) Quanto à rede móvel, informou que a Fase 1, destinada à integração das redes legadas, encontrava-se concluída, permanecendo pendentes definições governamentais relativas à continuidade da Fase 2.

	5) Apresentou os resultados do estudo técnico solicitado pelo GAISPI para avaliação da modernização e ampliação da capacidade dos <i>backbones</i> IP e DWDM da Telebras. 6) No que se refere à criptografia, informou que foi realizado o processo, definido e adjudicado o vencedor e que estariam na fase de avaliação do contrato para seguir em frente com o projeto. Concedida a palavra, a Sra. Gina Marques Duarte contextualizou que o Ministério das Comunicações havia encaminhado ofício propondo a suspensão da Fase 2 da Rede Privativa Móvel, em razão da necessidade de definição da política pública associada à utilização da infraestrutura. Na sequência, concedeu a palavra ao representante do Ministério das Comunicações, Sr. Eduardo Takafashi de Alcantara, para apresentação dos fundamentos da proposta. O representante do Ministério esclareceu que as discussões relacionadas à definição dos usuários da rede e ao alinhamento da política pública junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública já vinham sendo tratadas há vários meses, motivo pelo qual a EAF vinha registrando, nas reuniões anteriores do GAISPI, a necessidade de aguardar as definições governamentais para o prosseguimento da Fase 2. Informou que a proposta de suspensão tem por objetivo formalizar situação que já vinha ocorrendo na prática, evitando que os prazos de implantação continuem sendo contabilizados sem que haja as definições necessárias para o avanço da etapa. Destacou, ainda, que as tratativas entre o Ministério das Comunicações e o Ministério da Justiça e Segurança Pública evoluíram significativamente e que a formalização da suspensão permitirá maior previsibilidade quanto aos próximos passos do projeto. Em seguida, o Coordenador do GT-REDE, Sr. Marcos Vieira Baeta Neves, alertou para a necessidade de acompanhamento permanente dos prazos estabelecidos pelo Conselho Diretor para a conclusão da Rede Privativa, ressaltando que eventual suspensão não poderá comprometer o cronograma global do projeto. Esclareceu, ainda, que a medida proposta restringe-se exclusivamente à Fase 2 da Rede Privativa Móvel, não produzindo quaisquer impactos sobre a Fase 1, relativa à integração das redes legadas, cujas atividades permanecem em execução. O Presidente do GAISPI registrou que acompanha as discussões relacionadas à Rede Privativa desde o período em que atuava na Telebras, destacando que a questão da sustentabilidade da rede móvel já vinha sendo debatida entre os órgãos envolvidos. Avaliou que a proposta apresentada pelo Ministério das Comunicações reflete uma postura de prudência diante das indefinições ainda existentes quanto à utilização da infraestrutura. Ressaltou que a deliberação sobre o tema compete ao GAISPI e propôs que a suspensão da Fase 2 fosse aprovada com a definição de um ponto de controle na reunião ordinária subsequente, prevista para julho de 2026, ocasião em que o Grupo deverá reavaliar a manutenção da suspensão, a necessidade de rediscussão dos prazos ou a adoção de outras medidas. Observou que as tratativas entre o Ministério das Comunicações e o Ministério da Justiça e Segurança Pública são complexas, mas destacou que a suspensão não poderá se prolongar indefinidamente, tendo em vista os prazos estabelecidos para a execução do projeto. Por fim, o Presidente do GAISPI ressaltou que a proposta busca preservar o interesse público associado à Rede Privativa, evitando a realização de investimentos em uma infraestrutura que não apresente sustentabilidade ou utilidade efetiva. Retomando a palavra, o Sr. Eduardo Takafashi de Alcantara reforçou que a proposta encaminhada pelo Ministério das Comunicações se aplica exclusivamente à Fase 2, permanecendo inalteradas as atividades relacionadas à Fase 1. Informou que, após a demonstração da integração das forças de segurança realizada em reunião da Câmara Técnica, o Ministério da Justiça e Segurança Pública avançou nas tratativas com o Ministério das Comunicações, tendo sido definidos, em reuniões semanais realizadas entre os órgãos, os quantitativos necessários para a operação assistida da Fase 1. Prosseguiu esclarecendo que o Ministério da Justiça formalizará a respectiva demanda, permitindo o início da operação assistida, denominada "fase de degustação", voltada à integração das redes legadas, e destacando que os resultados obtidos nessa operação contribuirão para subsidiar a tomada de decisão acerca da continuidade da Fase 2, reforçando a necessidade de tratamento distinto entre as duas etapas do projeto. Concluídas as manifestações sobre essa questão, o Presidente do GAISPI determinou que fosse conduzida a deliberação do item 4 da Pauta pelo Secretário Executivo do GAISPI. Dando continuidade à apresentação e passando então ao Projeto de Modernização do <i>Backbone</i> da Telebras, o Sr. Geraldo Segatto informou que o estudo de adequação, modernização e capacitação dos <i>backbones</i> IP e DWDM da Telebras foi realizado em atendimento à deliberação do GAISPI ocorrida em dezembro de 2025, a partir de nota técnica elaborada pela Telebras e encaminhada ao Ministério das Comunicações, posteriormente submetida ao GAISPI. Esclareceu que, segundo a avaliação apresentada pela Telebras, a implantação da Rede Privativa nas redes metropolitanas acarretará aumento significativo do tráfego de dados, o que demandará a ampliação da capacidade da infraestrutura de transporte atualmente existente. Nesse contexto, lembrou que o GAISPI deliberou pela realização de estudo complementar, contemplando análises técnicas e estimativas de custos para a adequação e modernização dos <i>backbones</i> IP e DWDM da Telebras. Informou, assim, que o estudo considerou quatro cenários distintos, definidos a partir das premissas apresentadas pela Telebras:
--	---

	1) O primeiro cenário prevê a modernização e ampliação da capacidade da infraestrutura atualmente instalada, com utilização dos fornecedores já contratados pela Telebras, incluindo atualizações de equipamentos, ampliação de capacidade e, quando necessário, substituição de equipamentos pelos respectivos fornecedores originais. 2) O segundo cenário contempla a manutenção dos fornecedores atuais para as atualizações de equipamentos existentes, prevendo, entretanto, a possibilidade de contratação de novos fornecedores nos casos em que seja necessária a substituição integral dos equipamentos. 3) O terceiro cenário considera a substituição integral dos atuais fornecedores dos <i>backbones</i> IP e DWDM. 4) Por fim, o quarto cenário prevê a manutenção do fornecedor atual para o <i>backbone</i> DWDM e a substituição dos equipamentos IP pelo fornecedor responsável pela implantação da Rede Privativa, com o objetivo de promover maior uniformidade tecnológica e facilitar a gestão da infraestrutura. O Sr. Geraldo Segatto informou que, para subsidiar a análise dos cenários, a EAF realizou consultas ao mercado por meio de solicitações de cotação (RFQs), separadamente para as soluções IP e DWDM, junto aos principais fornecedores do setor. Esclareceu que, a pedido dos fornecedores consultados, os valores apresentados foram tratados de forma confidencial, razão pela qual a análise comparativa foi realizada com base em referências relativas de custo. Segundo os resultados obtidos para o <i>backbone</i> DWDM, os cenários baseados na manutenção da infraestrutura existente apresentaram menor complexidade de implementação e menor custo estimado. Destacou que o cenário de modernização e capacitação da infraestrutura atualmente instalada – Cenário 1 – apresentou a melhor relação entre custo e complexidade de implementação, configurando-se como a alternativa tecnicamente mais favorável dentre as opções avaliadas para o <i>backbone</i> DWDM. O Presidente do GAISPI ressaltou a importância de explicitar, de forma objetiva, a proposta a ser submetida à deliberação do Grupo. Contextualizou que o tema vem sendo objeto de interlocução com o Ministério das Comunicações e observou que, sob a ótica do controle externo, há assuntos no âmbito dos projetos conduzidos pela EAF que possuem natureza predominantemente privada e outros que apresentam natureza predominantemente pública. Nesse sentido, destacou que a Rede Privativa possui caráter predominantemente público e que a discussão relativa à adequação e capacitação do <i>backbone</i> da Telebras está diretamente relacionada a essa finalidade. Quanto à divulgação das informações relativas ao processo, ponderou que a questão da publicidade deverá ser oportunamente avaliada, observando-se as particularidades das etapas concorrenciais. Ressaltou que, durante a fase de definição da solução e de realização da futura solicitação de propostas (RFP), determinadas informações poderão ter acesso restrito, sem prejuízo da adoção do mecanismo de publicidade diferida. Esclareceu que a publicidade diferida consiste na divulgação posterior das informações relativas ao processo, após a conclusão da disputa, definição da solução selecionada, assinatura dos contratos e encerramento das etapas concorrenciais. Por fim, o Presidente do GAISPI sugeriu que o tema seja posteriormente avaliado sob a ótica jurídica, inclusive quanto aos aspectos relacionados à publicidade diferida, e determinou que fosse conduzida a deliberação do item 5 da Pauta pelo Secretário Executivo do GAISPI. O Sr. Geraldo Segatto informou que, com base nas análises técnica e financeira realizadas pela EAF, o Cenário 1 apresentou-se como a alternativa mais favorável, motivo pelo qual foi sugerido seu encaminhamento para a próxima etapa do processo. Esclareceu que a proposta consiste na realização de uma solicitação de propostas (RFP) aberta ao mercado, tendo como referência o cenário de modernização e capacitação da infraestrutura atualmente instalada no <i>backbone</i> DWDM da Telebras. Durante a discussão da proposta de modernização e capacitação do backbone da Telebras, a Sra. Monique Pereira Ibitinga de Barros manifestou que aquela era a primeira oportunidade em que o resultado final do estudo era apresentado, ressaltando que não haviam debatido os cenários avaliados, as alternativas consideradas ou as estimativas de custo envolvidas. Nesse contexto, solicitou a possibilidade de internalização das informações apresentadas para análise mais aprofundada pelas equipes técnicas das prestadoras, destacando que os representantes presentes não possuíam, necessariamente, especialização técnica específica em soluções DWDM e fibra óptica, e depois retomariam a deliberação. O Presidente do GAISPI esclareceu que a proposta submetida à deliberação não se refere à contratação da solução, mas à autorização para prosseguimento do processo mediante elaboração da RFP. Ressaltou que, após a conclusão da RFP, as informações pertinentes serão disponibilizadas ao mercado e submetidas novamente à apreciação do GAISPI. Destacou, ainda, que, diante dos prazos envolvidos, não considera adequado o adiamento da deliberação. Retomando a palavra, a Sra. Monique Pereira Ibitinga de Barros reiterou que suas dúvidas decorrem do desconhecimento técnico acerca dos cenários avaliados e da necessidade de maior clareza quanto à aderência da solução ao escopo da Rede Privativa previsto no edital. Sugeriu, nesse sentido, a realização de avaliação adicional, seja pelo GT-REDE, seja mediante manifestação jurídica sobre o enquadramento da proposta. Em resposta, o Sr. Eduardo Takafashi de Alcantara esclareceu que a necessidade de capacitação do <i>backbone</i> da Telebras e a realização do estudo já haviam sido debatidas e aprovadas anteriormente pelo GAISPI, com participação do GT-REDE. Informou que a deliberação em discussão refere-se exclusivamente à definição do cenário de referência para a elaboração da RFP, não abrangendo a contratação da solução, que será submetida futuramente à apreciação do Grupo. Esclareceu,

	ainda, que a ampliação da capacidade do <i>backbone</i> está diretamente relacionada à implantação da Rede Privativa, uma vez que a infraestrutura atual da Telebras não comporta o volume de tráfego estimado para os pontos previstos no projeto. O Presidente do GAISPI registrou que a realização do estudo já havia sido aprovada pelo Grupo em reunião anterior, realizada em dezembro de 2025. Na sequência, o Sr. Marcelo Mejias manifestou entendimento convergente ao da Sra. Monique Pereira Ibitinga de Barros, esclarecendo que a preocupação das prestadoras se relaciona à necessidade de maior segurança jurídica quanto à aderência da proposta ao escopo definido no edital. Em resposta, o Presidente do GAISPI propôs que o Grupo deliberasse pelo prosseguimento da elaboração da RFP, facultando às prestadoras a apresentação de questionamento formal à Presidência do GAISPI, para posterior emissão de esclarecimento técnico e jurídico. Destacou que, em sua avaliação, a adequação do <i>backbone</i> constitui condição inerente à implantação da Rede Privativa, embora reconheça a importância de formalizar o entendimento para conferir maior segurança às prestadoras. Esclareceu, ainda, que a solução proposta representa alternativa mais restritiva do ponto de vista de custos em comparação com outras possibilidades inicialmente avaliadas. O Coordenador do GT-REDE esclareceu que o tema foi discutido no âmbito do grupo técnico entre os meses de novembro e dezembro de 2025, com o objetivo de subsidiar a deliberação do GAISPI pela realização do estudo de adequação e capacitação do <i>backbone</i> da Telebras. Informou que, à época, foi identificado que a incorporação dos pontos da Rede Privativa ao <i>backbone</i> da Telebras acarretaria aumento da demanda por capacidade, tornando necessária a ampliação da infraestrutura para suportar o tráfego adicional. Destacou que, a partir da proposta encaminhada pela Telebras, por intermédio do Ministério das Comunicações, o GAISPI deliberou pela realização do estudo, cujos cenários foram estruturados com o objetivo de identificar a solução que apresentasse o menor impacto em termos de custo, assegurando, ao mesmo tempo, a interligação e a efetiva implementação dos pontos da Rede Privativa. Ressaltou que a futura solicitação de propostas (RFP) não impedirá a participação de fornecedores associados a outros cenários tecnológicos, o que poderá ampliar a competitividade e contribuir para a obtenção de soluções economicamente mais vantajosas, observadas as necessidades técnicas do projeto. Esclareceu, ainda, que as RFPs relacionadas à Rede Privativa são estruturadas de forma escalonável e gradual, permitindo que a expansão da infraestrutura ocorra de acordo com a evolução da demanda. Nesse sentido, informou que a proposta de deliberação consiste em adotar o mesmo modelo para a capacitação do <i>backbone</i> da Telebras, de modo que as adequações sejam implementadas à medida que se tornem necessárias para suportar a expansão da Rede Privativa. O Sr. Geraldo Segatto complementou que a implementação da solução ocorrerá de forma gradual, acompanhando a expansão das redes metropolitanas e a instalação dos pontos da Rede Privativa, de modo a evitar investimentos antecipados em capacidade não demandada. O Presidente do GAISPI reiterou que os esclarecimentos solicitados pelas prestadoras poderão ser formalmente apresentados e assegurou que o tema continuará sendo acompanhado pelo GAISPI e pelo GT-REDE durante as próximas etapas do processo. Por fim, o Coordenador do GT-REDE esclareceu que, embora o resultado final do estudo não tenha sido previamente discutido no grupo técnico, a decisão decorreu do entendimento de que sua apresentação deveria ocorrer diretamente no âmbito do GAISPI, conforme deliberação anterior. Informou, ainda, que as informações serão levadas novamente ao GT-REDE durante a fase de elaboração e acompanhamento da RFP. Encerradas as manifestações, o Presidente do GAISPI solicitou ao Secretário Executivo do GAISPI o prosseguimento da deliberação sobre a matéria referente ao item 5 desta Pauta. Retomada a apresentação dos informes da EAF, o Sr. Geraldo Segatto informou que, para a análise dos cenários relacionados ao <i>backbone</i> IP da Telebras, a EAF realizou consulta ao mercado por meio de solicitação de cotação (RFQ) encaminhada a três fornecedores, ressaltou que as propostas obtidas possuem caráter meramente referencial, não tendo havido negociação comercial nesta etapa, embora tenham sido encaminhadas aos fornecedores todas as especificações técnicas necessárias à elaboração das cotações. Fez então os seguintes destaques: 1) Esclareceu que o fornecedor A, correspondente ao fornecedor atual da rede da Telebras, atenderia aos cenários 1 e 2, mas não apresentou proposta comercial completa, razão pela qual não foi possível realizar a análise financeira desses cenários, uma vez que sua avaliação dependia da cotação do fornecedor atual. 2) Registrou que o fornecedor B apresentou proposta aplicável aos cenários 2 e 3, adotada como valor de referência X. 3) Enquanto o fornecedor C, apto a atender aos cenários 2, 3 e 4, apresentou proposta com valor aproximadamente 40% superior ao do fornecedor B. Na sequência, o Sr. Geraldo Segatto apresentou a análise comparativa dos quatro cenários avaliados, considerando critérios de complexidade de implementação e estimativa de custos, com os seguintes destaques:

	1) Esclareceu que o cenário 1 foi classificado como de menor complexidade, por prever a ampliação da infraestrutura utilizando exclusivamente o fornecedor atual. O cenário 2 foi classificado com nível médio de complexidade, embora ambos os cenários não tenham podido ser avaliados financeiramente em razão da ausência de proposta completa do fornecedor atual. 2) Informou que os cenários 3 e 4 foram classificados como cenários de substituição de equipamentos ("swap"), sendo o cenário 4 considerado de alta complexidade e o cenário 3 classificado como de complexidade crítica. 3) Explicou que, no cenário 3, existe a possibilidade de coexistência de três fornecedores distintos — o fornecedor da rede metropolitana, o fornecedor atual do <i>backbone</i> e um eventual terceiro fornecedor vencedor da RFP — o que aumenta a complexidade de implementação. Ponderou, contudo, que, caso o fornecedor responsável pela rede metropolitana venha a ser selecionado na futura RFP, o nível de complexidade do cenário 3 tende a se equiparar ao do cenário 4. 4) Destacou que, apesar da maior complexidade de implementação, o cenário 3 apresentou o menor custo entre as propostas recebidas e, por essa razão, foi indicado pela EAF como o cenário mais adequado para prosseguimento da RFP. 5) Ressaltou que a principal vantagem do cenário 3 consiste na ampliação da competição, uma vez que não restringe a substituição de equipamentos ao fornecedor atual da Rede Privativa, permitindo a participação de outros fornecedores aptos a atender aos requisitos técnicos estabelecidos. Esclareceu, ainda, que a ausência de proposta do fornecedor atual da Telebras na etapa de RFQ não impede sua participação na futura RFP, desde que sejam atendidas as especificações técnicas definidas. 6) Por fim, destacou que a realização da RFP permitirá a efetiva negociação comercial entre os participantes, o que poderá resultar em condições mais vantajosas em termos de custo, motivo pelo qual a EAF recomenda o prosseguimento do processo com base no cenário 3 para o <i>backbone</i> IP, considerando os aspectos relacionados à competitividade, aos custos e à complexidade de implementação. Concluídas as considerações da EAF sobre o tema, o Presidente do GAISPI solicitou ao Secretário Executivo do GAISPI o prosseguimento da deliberação sobre a matéria referente ao item 5 desta Pauta. Sustentabilidade Retomando a apresentação dos informes das atividades da EAF, inicialmente, o Presidente do GAISPI esclareceu que a iniciativa relacionada ao Programa Mil Talentos decorreu de proposta apresentada pela Presidência do Grupo. Contextualizou que a implantação das infovias na Região Norte envolve a construção de infraestrutura estratégica de conectividade, razão pela qual se entende necessária a adoção de ações voltadas à capacitação profissional das populações locais. Destacou que, além da implantação da infraestrutura, é importante promover a formação de pessoas nas regiões beneficiadas, de modo a possibilitar sua atuação nas atividades relacionadas à operação e manutenção das infovias. Ressaltou que a iniciativa está alinhada às ações de natureza social desenvolvidas pela EAF no âmbito de sua agenda ESG e que a dimensão de capacitação profissional encontra respaldo nas disposições do Edital do 5G. Esclareceu, ainda, que a matéria possui caráter meramente informativo, por estar inserida no âmbito da gestão da EAF. Informou que a proposta foi submetida à EAF, cuja equipe realizou os estudos necessários para sua implementação, razão pela qual a entidade dará prosseguimento às ações relacionadas ao Programa Mil Talentos. Por fim, registrou que a iniciativa encontra amparo nas disposições do item 14, alínea "d", do Edital do 5G. Na sequência, a EAF apresentou a identidade visual da agenda ESG da entidade, denominada "Norteia", concebida com o objetivo de integrar e conferir unidade às ações socioambientais desenvolvidas no âmbito dos projetos executados pela EAF. Esclareceu que o nome do programa remete ao conceito de direção e orientação, conectando as iniciativas de sustentabilidade aos diversos projetos conduzidos pela entidade. Em seguida, apresentou o Programa Mil Talentos, informando que a iniciativa decorre de demanda regulatória encaminhada pela Anatel por meio do Ofício nº 5, a partir da qual a EAF realizou estudos junto a instituições de ensino e capacitação profissional e que esse estudos identificaram escassez de mão de obra especializada na Região Norte, evidenciando a necessidade de promover ações voltadas ao desenvolvimento de competências profissionais alinhadas às especificidades das infovias e à sustentabilidade de sua operação. Sobre o resumo executivo do modelo proposto para Programa Mil Talentos, fez os seguintes destaques: 1) O programa prevê a formação de mil profissionais distribuídos em seis polos regionais estratégicos para as infovias, localizados nas cidades de Boa Vista, Macapá, Belém, Manaus, Rio Branco e Porto Velho. 2) Esclareceu que a distribuição das vagas foi definida com base em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, sendo previstas 400 vagas para Manaus, 200 vagas para Belém, entre outras.

	3) Informou, ainda, que a trilha formativa será composta por cursos de curta e longa duração, prevendo a oferta de 700 vagas para cursos de até 60 horas, com duração estimada de três meses, e 30% das vagas para cursos de até 900 horas, com duração estimada de dezoito meses. 4) Ressaltou que a iniciativa demandará a contratação de parceiro especializado, com experiência na Região Amazônica e capacidade de atuação nos diferentes polos, cabendo à EAF a definição das diretrizes do programa, o acompanhamento da execução, a gestão contratual e a prestação de contas ao GAISPI e à Anatel. 5) Informou que o programa possui duração estimada de 24 meses e investimento previsto de R\$ 6,2 milhões. Nesse momento, o Presidente do GAISPI esclareceu que o item possuía caráter meramente informativo, não se tratando, portanto, de matéria submetida à deliberação do Grupo. Na sequência, a EAF destacou a sua preocupação com os índices de evasão escolar na Região Norte, ressaltando a importância de desenvolver estratégias voltadas não apenas ao ingresso dos participantes nos cursos, mas também à permanência e à conclusão da formação. Em complemento, ressaltou que o enfrentamento da evasão constitui aspecto relevante para o êxito do programa, destacando que a efetividade da iniciativa deve ser medida pelo número de profissionais efetivamente formados e inseridos em oportunidades futuras de qualificação e trabalho. Registrou, ainda, a importância de definir as próximas etapas de implementação do programa, incluindo a estruturação dos polos de formação e a estratégia de lançamento dos cursos. Na sequência, a EAF apresentou os resultados do Projeto Terra Preta Digital, desenvolvido em parceria com a Universidade do Estado do Amazonas – UEA, assim como os resultados consolidados do Edital de Resíduos Eletrônicos, informando que a iniciativa contemplou dez projetos executados em cinco estados da Região Nordeste, alcançando 29 municípios, 110 escolas e mais de 400 catadores capacitados. Destacou que as ações tiveram como foco a conscientização ambiental quanto ao descarte adequado de resíduos eletrônicos e a promoção de práticas sustentáveis junto às comunidades beneficiadas. Informou, por fim, que a EAF vem desenvolvendo, no “Junho Verde”, ações internas de conscientização ambiental junto aos seus colaboradores, incluindo palestras, encontros, compartilhamento de experiências e divulgação de boas práticas relacionadas à sustentabilidade. Concluída a apresentação, o Presidente do GAISPI alertou os membros quanto à possibilidade de convocação de reunião extraordinária na semana seguinte, em razão da proximidade do período de vedação eleitoral e da necessidade de deliberação de temas considerados urgentes. Informou que o tema vem sendo objeto de discussões com o Ministério das Comunicações, especialmente no que se refere à aplicabilidade das restrições eleitorais às atividades desenvolvidas pela EAF. Registrou seu entendimento de que as vedações eleitorais não seriam aplicáveis às ações executadas pela entidade, considerando, entre outros aspectos, a natureza privada dos recursos envolvidos e a existência de precedentes relacionados a projetos similares conduzidos por outras entidades. Ressaltou, contudo, a necessidade de aprofundar a discussão sobre o tema, tendo em vista os riscos associados a eventuais questionamentos e interpretações divergentes. Nesse contexto, informou que o GAISPI adotará postura cautelosa, com o objetivo de conferir maior segurança jurídica às deliberações e evitar possíveis distorções quanto às atividades desenvolvidas pela EAF. O Secretário Executivo do GAISPI questionou os membros do GAISPI se haveria algum comentário em relação ao que foi apresentado. Não havendo manifestações, passou para o item 3 da Pauta.
3	O Secretário Executivo do GAISPI concedeu a palavra ao Sr. Marcos Vieira Baeta Neves, Coordenador do GT-REDE, para que fizesse um relato sobre as atividades no âmbito do GT. O Sr. Marcos Vieira Baeta Neves cumprimentou, inicialmente, os membros presentes e, ato contínuo, informou que os principais temas discutidos no âmbito do grupo técnico já haviam sido abordados durante a reunião, tanto por meio da apresentação de status realizada pela EAF quanto nos itens submetidos à deliberação do GAISPI. Na sequência, parabenizou a EAF pelos vídeos apresentados durante a reunião e solicitou a exibição de vídeo recentemente produzido sobre a Fase 1 da Rede Privativa Móvel. Esclareceu que a iniciativa decorre de discussões realizadas no âmbito do GT-REDE, tendo em vista a necessidade de tornar mais tangíveis as atividades desenvolvidas nessa etapa do projeto. Destacou que o vídeo contribuiria para proporcionar aos membros do GAISPI maior visibilidade acerca das ações atualmente em execução no âmbito da Fase 1 e melhor compreensão sobre as possibilidades relacionadas à interoperabilidade das redes. Após a exibição do vídeo institucional, o Coordenador do GT-REDE ressaltou que a iniciativa teve por objetivo complementar as informações apresentadas durante a reunião e conferir maior visibilidade ao trabalho desenvolvido até o momento. Destacou que o vídeo retrata o início da operação assistida, denominada "fase de degustação", período em que as forças de segurança realizarão testes em campo para avaliar as potencialidades e as possibilidades de interoperabilidade da solução. Ressaltou, ainda, o exemplo apresentado no vídeo relativo à comunicação entre a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, observando que, embora localizados no mesmo edifício, os órgãos utilizavam sistemas distintos que não se comunicavam entre si, situação que poderá ser superada com a solução implementada. Por

	fim, registrou que a interoperabilidade proporcionada pela Rede Privativa poderá representar ganhos relevantes para os usuários e parabenizou a EAF pelo trabalho realizado. Concluída a apresentação, o Secretário Executivo do GAISPI registrou que o material permitiu visualizar, de forma concreta, a aplicação da solução de interoperabilidade entre as forças de segurança e questionou se a integração apresentada se encontrava restrita ao Distrito Federal ou se já possuía alcance mais amplo. Em resposta, o Sr. Geraldo Segatto esclareceu que as controladoras atualmente integradas estão localizadas em Brasília. Informou, contudo, que, no caso do Exército Brasileiro, a existência de uma controladora única de abrangência nacional permite que usuários conectados em outras unidades da federação também se comuniquem com as demais redes integradas. Na sequência, o Sr. Eduardo Takafashi de Alcantara acrescentou que a plataforma <i>Wave</i>, baseada na tecnologia MCX, possibilita a ampliação da interoperabilidade para além da área de cobertura das redes de radiocomunicação, desde que o usuário esteja conectado à rede móvel ou a uma conexão Wi-Fi. Complementando a explicação, o Sr. Geraldo Segatto informou que usuários cadastrados na plataforma MCX podem utilizar dispositivos conectados por redes LTE ou Wi-Fi para se comunicar com usuários das redes TETRA e P25 já integradas, ampliando, assim, o alcance da solução para qualquer localidade com acesso à internet. Não havendo manifestações adicionais, o Secretário Executivo do GAISPI passou para o item 6 da Pauta.
4	Após os debates registrados no item 2 da Pauta, Secretário Executivo do GAISPI questionou os membros do GAISPI se estariam todos de acordo com a proposta de deliberação para suspensão da Fase 2 da Rede Privativa – Rede Móvel, com o acompanhamento do Grupo e a ser rediscutida na próxima Reunião Ordinária do GAISPI do mês de julho. Concedida a palavra, o Sr. Marcelo Mejias sugeriu que, na próxima avaliação do tema, também sejam analisados os aspectos relacionados às garantias e responsabilidades eventualmente associadas à suspensão da etapa. Em resposta, o Presidente do GAISPI acolheu a sugestão e registrou a necessidade de realização de discussão específica sobre o tema antes da próxima reunião ordinária, considerando, inclusive, os impactos decorrentes das recentes alterações na estrutura governamental e o processo de liberação parcial das garantias. Não havendo manifestações adicionais e diante do consenso, o Secretário Executivo do GAISPI declarou que fica aprovada a suspensão da Fase 2 da Rede Privativa – Rede Móvel, conforme apresentado pelo Presidente do GAISPI, pela EAF, pelo Coordenador do GT-REDE e pelo Ministério das Comunicações. Ficou estabelecido, ainda, que o tema será reavaliado na reunião ordinária do GAISPI prevista para julho de 2026 e que a EAF deverá comunicar tempestivamente ao Grupo eventual necessidade de adoção de novas medidas ou encaminhamentos. Ficou consignado que a suspensão não prejudicará as ações já desenvolvidas até o momento e que sua implementação não deverá impactar os prazos de entrega das etapas subsequentes do projeto e que a EAF deverá comunicar tempestivamente ao Grupo eventual necessidade de adoção de novas medidas ou encaminhamentos. Concluída a deliberação, o Presidente do GAISPI determinou a retomada da apresentação feita pela EAF no item 2 da Pauta.
5	Após os debates registrados no item 2 da Pauta, o Secretário Executivo do GAISPI questionou os membros do GAISPI se estariam todos de acordo com a proposta de deliberação para modernização e capacitação do <i>backbone</i> Telebras para atendimento à Rede Privativa, nos termos apresentados nesta Reunião. Diante do consenso, o Secretário Executivo do GAISPI declarou que fica aprovada a proposta de deliberação abertura de RFP para modernização e capacitação do <i>backbone</i> Telebras – Cenário 1 – para atendimento à Rede Privativa. Adicionalmente, o Presidente do GAISPI consignou que os resultados da RFP deverão retornar ao GAISPI. Concluída a deliberação, o Presidente do GAISPI determinou a retomada da apresentação feita pela EAF no item 2 da Pauta. O Secretário Executivo do GAISPI questionou os membros do GAISPI se estariam todos de acordo com a proposta de deliberação para modernização do <i>backbone</i> IP – Cenário 3 - para atendimento à Rede Privativa, nos termos apresentados nesta Reunião. Diante do consenso, o Secretário Executivo do GAISPI declarou que fica aprovada a proposta de deliberação abertura de RFP para modernização do <i>backbone</i> IP Telebras – Cenário 3 – para atendimento à Rede Privativa, nos termos apresentados nesta Reunião. Adicionalmente, o Presidente do GAISPI consignou que os resultados da RFP deverão retornar ao GAISPI. Concluída essa última deliberação, o Presidente do GAISPI determinou a retomada da apresentação feita pela EAF no item 2 da Pauta.

6	O Secretário Executivo do GAISPI concedeu a palavra ao Sr. Takeshi Ikeda, Coordenador do GT-MIGRAÇÃO, para que fizesse uma apresentação sobre as atividades no âmbito do GT. Inicialmente, o Coordenador do GT-REDE cumprimentou os membros presentes e compartilhou com uma apresentação detalhada do informe sobre as atividades em andamento, anexa à presente Ata. Ato contínuo, o Sr. Takeshi Ikeda registrou que foi realizada a 27ª Reunião do grupo técnico no dia 02 de junho de 2026, ocasião em que foram analisados os indicadores operacionais mais recentes do Programa Brasil Antenado, com os seguintes destaques: 1) Esclareceu que os dados apresentados naquela ocasião tinham como data-base 31 de maio de 2026, enquanto a apresentação realizada pela EAF na presente reunião utilizou informações consolidadas até 30 de maio de 2026. 2) Nesse contexto, registrou que, em relação aos dados anteriormente apresentados, houve evolução no quantitativo de instalações realizadas, alcançando aproximadamente 246 mil instalações, além da existência de 3.422 agendamentos pendentes. 3) Informou, ainda, que o GT-MIGRAÇÃO passou a acompanhar os casos classificados como improdutivos, tendo sido identificadas 198 ocorrências, das quais 78 foram posteriormente revertidas, resultando em aproximadamente 120 casos efetivamente improdutivos. Informou que os casos improdutivos foram agrupados em três categorias para fins de acompanhamento. 4) Relembrou que as etapas A e B do programa já foram concluídas e destacou que a Etapa C, cujo encerramento estava previsto para o dia seguinte à reunião, contabilizava quase 89 mil instalações realizadas, com expectativa de superar 95 mil instalações, considerando os agendamentos pendentes. Concluída a apresentação, o Secretário Executivo do GAISPI questionou os membros do GAISPI se havia comentários em relação ao que foi apresentado. Não havendo manifestações, passou para o item 7 da Pauta.
7	O Secretário Executivo do GAISPI concedeu a palavra ao Sr. Sidney Azeredo Nince, Coordenador do GT-PAIS, para que fizesse um breve relato sobre as atividades no âmbito do GT. O Sr. Sidney Azeredo Nince cumprimentou os membros presentes e, ato contínuo, apresentou breve relato sobre a evolução dos projetos acompanhados pelo grupo técnico desde a última reunião, com os seguintes destaques: 1) Em relação à Infovia 02 (Tefé–Atalaia do Norte), informou que o Termo de Declaração e Entrega da infraestrutura encontra-se em elaboração. Informou que o Ministério das Comunicações encaminhou demanda solicitando apoio para o início das tratativas voltadas ao uso antecipado da Infovia 02 pelas empresas integrantes do Consórcio Neutro, tendo a solicitação sido encaminhada à EAF para adoção das providências cabíveis. 2) Quanto às Infovias 03 (Macapá–Belém) e 04 (Vila de Moura–Boa Vista), registrou a evolução do processo de transferência física e operacional da EAF para o consórcio operador, no caso da Infovia 03. Informou, adicionalmente, que o Comitê Gestor do GT-PAIS comunicou que as tratativas para a transferência física e operacional da Infovia 04 poderão ser iniciadas independentemente da conclusão do processo referente à Infovia 03, permitindo o andamento simultâneo das atividades. 3) No que se refere às adequações do Programa Amazônia Integrada e Sustentável – PAIS, informou que os trechos subaquáticos já foram concluídos. Esclareceu que os trechos terrestres Manaus–Iranduba e Manaus–Manacapuru apresentam cerca de 90% de conclusão, com grande parte dos cabos já lançada. Informou, ainda, que o trecho Manacapuru–Novo Airão registrou a maior evolução no período, alcançando aproximadamente 90% de execução. 4) Em relação à Infovia 05 (Altazes–Porto Velho), informou que a Licença de Instalação foi emitida pelo Ibama em 2 de junho de 2026. Registrou, ainda, a expectativa de que a Marinha do Brasil autorize, até 15 de junho de 2026, o lançamento do trecho Altazes–Manicoré, com extensão aproximada de 406 quilômetros. Esclareceu que, caso o lançamento ocorra na janela operacional de junho e julho de 2026, não será possível realizar o enterramento do cabo óptico subaquático nesse trecho. Informou, por fim, que o trecho Manicoré–Porto Velho, com extensão aproximada de 620 quilômetros, deverá ser lançado na próxima janela de navegação, prevista para o período entre dezembro de 2026 e janeiro de 2027, com a execução do enterramento do cabo conforme originalmente planejado. Concluída a apresentação, o Secretário Executivo do GAISPI questionou os membros do GAISPI se havia comentários em relação ao que foi apresentado. Não havendo manifestações, passou para o item 9 da Pauta.
8	Após os debates registrados no item 2 da Pauta, o Secretário Executivo do GAISPI questionou os membros do GAISPI se estariam todos de acordo com a proposta apresentada pelo Presidente do GAISPI e detalhada pela EAF e pelo Coordenador do GT-PAIS, referente ao lançamento da Infovia 05 no trecho Altazes–Manicoré, com possível aterramento para evitar incidentes com a fibra.

	Diante do consenso, o Secretário Executivo do GAISPI declarou que fica aprovado o início imediato do lançamento do trecho Altazes–Manicoré da Infovia 05, solicitando o registro em Ata. Concluída a deliberação, o Presidente do GAIPI determinou a retomada da apresentação feita pela EAF no item 2 da Pauta.
9	O Secretário Executivo do GAISPI concedeu a palavra ao Sr. Evandro Leo Koberstein, Coordenador do GT-COM, para que fizesse um relato das atividades no âmbito do GT. Inicialmente, a Coordenador do GT-COM cumprimentou os membros presentes e compartilhou com os membros uma apresentação detalhada do informe sobre as atividades em andamento, anexa à presente Ata. Ato contínuo, o Sr. Evandro Leo Koberstein apresentou breve relato complementar às informações já expostas pela EAF, com os seguintes destaques: 1) Informou que o grupo técnico realizou análise comparativa da execução do Programa Brasil Antenado em relação ao Programa Siga Antenado, considerando o percentual do público elegível efetivamente atendido em cada fase de implementação. 2) Destacou que, no âmbito da Fase C do Programa Brasil Antenado, os dados atualizados até 9 de junho de 2026 indicavam o atendimento de 42,3% da base elegível para essa etapa. 3) Esclareceu que o resultado observado se encontra alinhado às estimativas obtidas em pesquisa realizada em dezembro de 2025, que avaliou o interesse do público elegível em aderir ao programa. 4) Ressaltou que esse desempenho decorre do trabalho conjunto desenvolvido pelas equipes de mobilização e comunicação, bem como do aprendizado acumulado ao longo da execução das ações de comunicação. Concluída a apresentação, o Secretário Executivo do GAISPI questionou os membros do GAISPI se havia comentários em relação ao que foi apresentado. Não havendo manifestações, passou para o item 11 da Pauta.
10	Fica consignado que, durante a apresentação do tema “sustentabilidade” feita pela EAF no item 2 da Pauta, o Presidente do GAISPI esclareceu que o item 10 possuía caráter meramente informativo, não se tratando, portanto, de matéria submetida à deliberação do Grupo.
11	O Secretário Executivo do GAISPI questionou os membros do GAISPI se havia algum outro assunto a ser tratado nesta Reunião Ordinária. Não havendo manifestações, o Secretário Executivo do GAISPI passou para o item 12 da Pauta.
12	Após debate sobre o tema, o Secretário Executivo do GAISPI informou que a 51ª Reunião Ordinária do GAISPI do mês de julho de 2026, seria realizada em data e horário a serem oportunamente confirmados pela Secretaria Executiva do GAISPI. Concluídos os assuntos constantes da Pauta, o Secretário Executivo do GAISPI agradeceu a presença de todos os membros e declarou encerrada a 50ª Reunião Ordinária do Grupo.

4. **ANEXO DA ATA DA 50ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO GAISPI:**

- Anexo I: ITEM 2 – Apresentação da EAF (SEI nº15839754);
- Anexo II: ITEM 6 – Apresentação do GT-MIGRAÇÃO (SEI nº15839764);
- Anexo III: ITEM 9 – Apresentação do GT-COM (SEI nº 15839847);

5. **APROVAÇÃO**

5.1. Declara-se que o presente registro escrito reflete o conteúdo das discussões, manifestações e deliberações ocorridas durante a 51ª Reunião Ordinária do GAISPI, consolidando os entendimentos e encaminhamentos aprovados no âmbito do Grupo.